



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

PESSOA DE REFERÊNCIA NA FAMÍLIA (FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA) NO BRASIL

Adriele de Souza da Silva: adrielesilva4@gmail.com; Jessica Fernanda Berto: jfb2191@gmail.com; Aparecida Maiara Cubas da Silva: maiara_cubas@outlook.com; Rosana de Araujo; Prof.^a Dr.^a Maria Inez Barboza Marques (Orientadora). UNESPAR/Campus de Paranavaí/PR.

Resumo: A história, a economia, a política são alguns fatores para as mudanças da sociedade ao longo dos anos. Os indivíduos que são os realizadores das mudanças foram reformulando-as para atender as novas necessidades que a sociedade apresentava. Com a família não poderia ser diferente. E é a partir dessas mudanças familiares que encontramos, cada vez mais presente na sociedade brasileira, a chefia monoparental feminina. Objetiva-se mostrar por que a mulher “toma” essa responsabilidade para si.

Palavras-chave: Família, Mudanças, Chefia Monoparental feminina.

Introdução:

Alunas do primeiro ano do Curso de Serviço Social de 2016, Adriele de Souza e Jessica Berto, se propuseram na elaboração do resumo expandido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso das alunas Aparecida Maiara Cubas da Silva e Rosana De Araujo do Curso no ano de 2014, intitulado: “Pessoa de referência na família (chefia monoparental feminina) no município de Paranavaí/PR”.

Materiais e métodos:

O trabalho original baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No entanto, o resumo expandido está relacionado com o segundo capítulo do trabalho que teve como título: “Novas configurações familiares e as mudanças em nível socioeconômico”.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

Resultados e Discussão:

Para Pacheco (2005, p. 69) até a década de 1970, no Brasil, a mulher só era considerada chefe de família quando viúva ou desquitada. Diz ainda que chefia monoparental feminina tem maior incidência nas famílias mais pobres.

De acordo com a autora anteriormente citada, até 2005, 24,9% das famílias eram chefiadas por mulheres. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2001 – 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número saltou para 35,17%, o mesmo senso traz a nomenclatura de maneira distinta, não mais como chefia familiar e sim como Pessoa de Referência na Família. Os dados descritos mostram-nos claramente o aumento significativo de famílias chefiadas por mulheres no Brasil.

Vitale (2002) traz a relevância de Barroso e Bruschini, que publicaram em 1981, no Brasil, “o precioso texto, *Sofridas e mal pagas*, tratando das mulheres chefes de família. Chamam a atenção para esta nova forma de família e retratam a dura realidade da vida dessas mulheres”. (VITALE, 2002). Segundo a mesma autora, para Barroso e Bruschini 1981:

É preciso não esquecer que as mulheres chefes-de-família costumam ser também ‘mães-de-família’: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo quando as duas vítimas encarnadas por uma só pessoa. (BARROSO e BRUSCHINI, 1981:40 apud VITALE, 2002).

Para Macedo (2011), a chefia feminina é representada por arranjos familiares onde não há o cônjuge. Mendes (2002) apud Macedo (2011) relata ainda que com a entrada da mulher no mercado de trabalho houve a mudança de gênero na manutenção da família, tanto auxiliando o companheiro no



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

orçamento familiar, ou sustentando sozinhas as despesas do lar, lutando por seu espaço e pela sua sobrevivência e dos que dela depende.

Segundo as afirmações de Mendes (2002) *apud* Macedo (2011), a luta pela sobrevivência é o que motiva as mulheres mais pobres a trabalhar fora de casa, já para as de classe média e alta o motivo para o trabalho é a questão da independência e poder de consumo, mesmo não havendo a necessidade de contribuir financeiramente, a mulher busca o trabalho remunerado para satisfazer seus interesses e dos filhos, pois a dependência financeira gera conflitos com o marido.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (2009) nos revela que as mulheres terem alcançado maior escolaridade e aumentado à participação no mercado de trabalho, se relaciona ao aumento de famílias chefiadas por mulheres.

Conforme Rosas (2009) *apud* Macedo (2011) as mulheres que desempenham novas funções fora de casa, se sentem culpadas por deixarem os filhos aos cuidados de outros, mas ser uma boa mãe não é necessariamente estar centrada apenas nos filhos, de forma que Macedo (2011) pontua que aumentando as atividades e redução do tempo para o desenvolvimento dessas atividades as famílias chefiadas por mulheres não abandonarão suas funções de mães, esposas e donas de casa.

Santos e Santos (2008, p. 10-14) entendem que as circunstâncias determinantes da monoparentalidade foram: o celibato, como um novo estilo de vida, não como vida solitária, mas ocorre o não casamento; o divórcio; união livre: em contraposição ao casamento, garante uma vida sexual ativa e a individualidade; mães solteiras: sofrem e ainda são marginalizadas pela sociedade, mesmo tendo o reconhecimento da legislação; e também pela viuvez.

Os autores acima citados expõem também os fatores secundários, que se caracterizam pela entrada da mulher no mercado de trabalho; o controle



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

contraceptivo; o enfraquecimento da influência religiosa na vida das pessoas; e as mudanças da mentalidade social; de modo que podemos então destacar que a família monoparental pode ser advinda de diversos fatores.

Os autores nos trazem que as mulheres são as que mais arcam com o peso dos problemas da monoparentalidade e enfrentam o difícil acesso ao mercado de trabalho. Destacam também, o caso de adolescentes que engravidam; os baixos níveis de instrução, não tendo experiência profissional, não possuem boa remuneração. As que possuem nível médio de instrução têm um emprego, contudo, pelo alto custo de vida familiar, acabam por ter dupla jornada de trabalho.

Com relação às mulheres em idade avançada, as famílias se tornam monoparentais principalmente pela viuvez, por terem os cuidados dos filhos, do marido e da casa, em sua maioria possuem pouca instrução e não estão aptas para o trabalho, acabam por sobreviverem da pensão por morte do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Santos e Santos (2008, p. 26) destacam que tanto as mulheres quanto seus filhos sofrem preconceitos e discriminações, já que ainda hoje as mulheres chefes de família por não terem companheiro, não são vistas com “bons olhos” pela sociedade, pois em pleno século XXI ainda se tem como modelo a família nuclear (pai, mãe e filhos).

A monoparentalidade provoca desgastes emocionais nas mulheres, sendo que elas priorizam as carências afetivas dos filhos em detrimento das próprias. A solidão e as despesas são frequentes em suas vidas, os fatores psicológicos acabam por influenciar na saúde fisiológica, causando doenças e estresse.

Santos e Santos (2008, p. 26 - 29) destacam que entre os desafios enfrentados pelas famílias chefiadas por mulheres, o maior é por parte do Estado, pois não existe uma política governamental específica para as famílias



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

monoparentais. O ideal seria, por exemplo, a ampliação de programas como o Bolsa Família, com foco na família monoparental.

Considerações Finais:

As fontes bibliográficas foram norteadoras para a construção do trabalho de Conclusão do Curso elaborado pelas alunas citadas no início do resumo. A partir dos conceitos descritos pelos autores pesquisados, as alunas fizeram uma pesquisa qualitativa na instituição AGEPAZ de Paranavaí/PR, que apoia e ajuda famílias da comunidade. A nós, acadêmicas do primeiro ano, foi de grande satisfação realizar tal tarefa, porque nos possibilitou a experiência de realizar nosso primeiro resumo expandido, e adquirirmos conhecimentos que serão norteadores para nossos próprios estudos.

Referências

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza.** Bahia, 2005.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de família.** Rio de Janeiro, 2005. (253 páginas)

SANTOS, Jonabio Barbosa dos. SANTOS, Morgana Sales da Costa. **Família monoparental brasileira.** In: Revista Jurídica n°. 91. Brasília 2008. (páginas 01-30). Disponível em: <www.presidencia.gov.br/revistajuridica>.

VITALE, Maria Amalia Faller. **Famílias monoparentais:** indagações. In: Serviço Social & Sociedade n°71. São Paulo, 2002. (páginas 45-79). <www.cnte.org.br/index-php/secretaria-de-genero/noticia> acesso em 18 de julho de 2014.